

## **S SERTÕES: GÊNESE E APOCALIPSE**

Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez  
Universidade Federal do Ceará

15 de agosto de 1909, manhã chuvosa de domingo, na Estação da Piedade, Estrada Real de Santa Cruz, no Estado do Rio de Janeiro. Um homem atormentado e só enfrenta a morte e conhece, enfim, a indesejada das gentes. Um drama passional rouba ao país o laureado escritor que, sete anos antes, em 1902, publicara *Os sertões*.

Se, naquele momento, o Brasil perdia um de seus mais renomados intelectuais que prometera dar continuidade à sua obra de gênio com a escrita de *Paraíso perdido*, sobre a região amazônica, herdava, porém, deste homem, uma das obras mais significativas do acervo nacional com o livro que se quis, inicialmente, uma narrativa sobre a guerra de Canudos e realizou-se como uma reflexão sobre o Brasil.

Embora não tenha sido o primeiro livro sobre Canudos e, muito menos, o último, a obra de Euclides da Cunha institui-se ainda como o livro de Canudos. Não fosse a extraordinária eloquência que imprimiu às páginas de *Os sertões*, o episódio poderia estar amortecido na memória nacional, como outros momentos bárbaros e violentos da história do nosso país.

No entanto, cem e cinco anos após a destruição do arraial de Belo Monte e cem anos após a publicação do chamado livro vingador, estamos aqui, ainda seduzidos pela figura de Antônio Conselheiro e pela luta de sua gente, tentando entender o que foi, o que é Canudos. A sedução que emana do episódio e a paixão que desencadeia vêm sendo mantidas e renovadas. No momento histórico em que se empreende a guerra de Canudos - anos 96 e 97 do século XIX -, a imprensa é a grande responsável pela criação do estado de espírito quase de histeria, que Walnice Galvão chamou de “calor da hora”, trazendo a guerra para os lares dos cidadãos da nova república; nos anos que se seguem ao sangrento desenlace - peça empréstimo de uma expressão a Chico Buarque para chamá-lo de “página infeliz da nossa história”-, parece ter havido uma angústia de explicação para o acontecimento, surgindo memórias, depoimentos, ficções, peças de teatro, poemas que buscam um nexos ao contarem Canudos. É quando surge o livro de Euclides da Cunha: *Os sertões*, fixando a guerra na memória brasileira.

Ao elaborar, através de um livro-bíblia - e Canudos se fez verbo - , um compêndio do conhecimento da época, uma explicação para Canudos, Euclides, que fora, ainda que nos últimos dias do conflito, testemunha ocular do episódio, tenta conciliar o impossível: seu modelo científico, pautado em teorias deterministas, e sua pasmada observação da realidade discordante. Ao mesmo tempo, porém, constrói uma obra tão sedutora em suas contradições, que perpetua o episódio na memória e no imaginário do povo brasileiro, daí propiciando o aparecimento de variadas expressões artísticas de tema canudiano.

Até muito tempo depois da publicação do livro maior de Euclides, a história de Canudos e *Os sertões* tornam-se sinônimos. Mas, se o livro teve o mérito de fixar Canudos, por outro lado, deixou-o preso no que Calasans, o maior estudioso do tema, recentemente falecido, chamaria de “gaiola de ouro”: “o que ele dissera, estava dito”. Várias décadas após o lançamento de *Os sertões*, com a publicação dos estudos pioneiros de vários pesquisadores, como os cearenses Abelardo Montenegro e Nertan Macedo, e, na Bahia, o pernambucano Odorico Tavares e, especialmente, o sergipano Dr. José Calasans, e com a divulgação por Ataliba Nogueira (Membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), em 1974, das prédicas de Antônio Conselheiro, pôde-se enxergar o outro lado, multifacetado, da história. [Neste ano de 2002, na Bienal de São Paulo, com o título de *Breviário de Antonio Conselheiro*, a EDUFBA, com apoio da Odebrecht, lançou trechos de outro manuscrito doado por Calasans ao Núcleo Sertão do Centro de Estudos Baianos da UFBA].

Com relação especificamente à ficção literária, as narrativas que se centram no tema de Canudos – que constituem meu objeto de pesquisa -, reverenciam, referenciam, parodiam, refazem *Os sertões*, obra que se torna, assim, o cânone literário canudiano. Impressiona-me verificar a persistência do texto de Euclides na cultura da contemporaneidade, o que se verifica não somente na literatura, através do romance de tema canudiano, como dos que o abordam *a latere* ou dos que necessitam parodiá-lo, como ainda nas artes, sem contar os valiosos estudos de ordem antropológica, histórica, arqueológica, geográfica, literária etc que o tema de Canudos e a obra de Euclides vêm merecendo no Brasil e no exterior, favorecidos pela ampla divulgação do romance *A guerra do fim do mundo*, de Mario Vargas Llosa, pelas mais recentes traduções de *Os sertões* e pelo justo interesse que o assunto provocou e provoca nas lembranças do

centenário de fundação de Belo Monte, em 1993, de destruição do arraial, de morte do Conselheiro e da Guerra de Canudos, em 1997, no centenário de publicação de *Os sertões*, neste ano de 2002.

Que sensação, porém, o leitor do século XXI experimenta diante da obra majestosa de Euclides, publicada no início do século XX mas gerada no final do século XIX e debruçada sobre acontecimentos ainda palpitantes à época de sua publicação mas, hoje, aparentemente desencarnados de sua dramaticidade histórica?

Talvez a de quem se depara com um monumento da antiguidade, como a pirâmide, e se sinta fascinado mas desencorajado a conhecê-la. Se, porém, subir a labiríntica pirâmide euclidiana, tenho certeza, sentirá a vertigem de quem contempla, deslumbrado, a História e a Literatura de seu país e a história e a escrita literária de um homem de gênio.

Nascido em 1866, logo órfão de mãe, criado por tias, de temperamento arredo quase tímido mas, ao mesmo tempo, capaz de gestos e rompantes desafiadores e de atitudes corajosas – penso no famoso episódio de 1888 em que, como cadete de idéias republicanas, lança seu espadim aos pés do ministro do Império, em cerimônia na Escola Militar -, Euclides segue para a Bahia com a quarta e última expedição ao arraial de Antônio Conselheiro... e muda o rumo da sua vida e da cultura do Brasil.

Depois da publicação de dois artigos sobre a campanha de Canudos, n' *O Estado de São Paulo*, sob o título de “A nossa Vendéia”, em 14 de março e 17 de julho de 1897, Euclides atende a convite da direção deste jornal para acompanhar, na novíssima condição de correspondente de guerra, a expedição comandada pelo General Artur Oscar. Partindo no navio *Espírito Santo*, que transportava militares da 4ª expedição militar da Campanha de Canudos, o então jornalista e adido ao Estado Maior do Ministro da Guerra Marechal Bittencourt chega a Salvador em 7 de agosto do mesmo ano. À época, o futuro autor de *Os sertões* demonstrava a convicção, então muito difundida pela imprensa, de que a rebelião no sertão visava à restauração da monarquia (daí a comparação com o movimento de camponeses franceses da Vendée que teriam sido incentivados por nobres à insurreição contra o regime republicano após a Revolução Francesa) e que, portanto, a jovem república brasileira corria perigo. Em reportagem escrita ainda a bordo do *Espírito Santo*, antes do

desembarque na capital da Bahia, Euclides repete a comparação, encerrando em tom apoteótico as impressões de chegada à Bahia:

Que a nossa Vendéia se embuce num largo manto tenebroso de nuvens, avultando além da sombra de uma emboscada entre os deslumbramentos do grande dia tropical que nos alenta. Rompê-lo-á, breve, a fulguração da metralha, de envolta num cintilar vivíssimo de espadas...

A República é imortal!

Em sua curta permanência no chamado teatro de guerra, em contacto com soldados feridos, jagunços presos, gente da terra, militares, médicos e acadêmicos de medicina em ação e, também, através de pesquisa em arquivos e livros na capital da Bahia, Euclides vem a entender que a questão era muito mais complexa e, a partir do final da guerra, dedica-se a desvendá-la. Suas primeiras impressões dos acontecimentos de Canudos são registradas não só nas reportagens que envia ao Estado de São Paulo, como na sua *Caderneta de campo* e em seu *Diário de Campanha* que, publicados após a morte do escritor, são valiosas fontes para análise do texto final de *Os sertões*.

Na gestação de sua obra maior é fundamental a permanência do engenheiro-escritor na pequena São José do Rio Pardo, no interior paulista. Lá, enquanto dirige a reconstrução de uma ponte, elabora *Os sertões*, tendo como interlocutores vários intelectuais da cidade, entre eles Francisco Escobar e, como consultor por correspondência, o estudioso Teodoro Sampaio.

Finalmente, no ano de 1902, a 2 de dezembro, há um século, saía, pela editora Laemmert, em parte por conta do autor, a volumosa obra *Os sertões*, com subtítulo “Campanha de Canudos”, introduzida por uma “Nota Preliminar” em que Euclides explicita alguns dos ambiciosos objetivos do livro, que vão muito além do objetivo inicial de rememoração dos episódios da guerra de Canudos e se propõem a esboçar, “os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil (...) destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra” e, ainda, a denunciar a campanha de Canudos como um crime contra a nacionalidade.

Dividido em três partes, o livro, em muitos aspectos, obedece aos padrões científicos do final do século XIX, quando ainda reinavam as idéias da chamada geração de 70: uma mistura de herança positivista, com propostas deterministas de base darwiniana e spenceriana, codificadas na tão célebre expressão de Taine: “race, milieu, moment” e,

ainda, com variados aportes, de diferentes ramos do conhecimento, da Medicina Legal com Maudsley, e dos estudos climáticos com cearense Senador Pompeu, entre muitos outros.

Assim, para tentar explicar o comportamento que considera patologicamente “fanático” dos sertanejos em geral, dos jagunços de Belo Monte e, especificamente, de Antônio Conselheiro, Euclides apela para vários fatores determinantes, como o meio (analisado na primeira parte do livro, “A terra”), a raça (analisado na segunda parte do livro, “O homem”) e, ainda, o momento, (os fatores históricos analisados na terceira parte do livro “A luta”). No caso do Conselheiro, ao examinar o fator raça, o autor ressalta, dentro de seus padrões deterministas, além da mestiçagem, a herança de traços familiares: “A sua biografia compendia e resume a existência da sociedade sertaneja. Esclarece o conceito etiológico da doença que o vitimou”.

Obedecendo, pois, à concepção tainiana dos elementos determinantes do comportamento humano através de suas coordenadas geográfica, racial e histórica, na primeira parte de *Os sertões*, Euclides apresenta, em vista panorâmica, o sertão, *Terra Ignota*, para chegar em Canudos, como destaque metonímico: “O sertão de Canudos é um índice sumariando a fisiografia dos sertões do Norte. Resume-os, enfeixa os seus aspectos predominantes numa escala reduzida”.

As palavras que encerram a primeira parte de *Os sertões* – “A terra” – explicitam, de forma resumida, a estreita relação que Euclides encontrava entre a terra e o homem no sertão: “O martírio do homem, ali, é o reflexo de tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da Vida.

Nasce do martírio secular da Terra ...”

Ao abrir, porém, as primeiras páginas da segunda parte do livro, “O homem”, o leitor depara-se não só com a explicação do homem através de sua relação com a terra, ou seja, da “influência mesológica...” mas também com uma análise, no molde novecentista, da etnia na formação física e moral do sertanejo.

Ao caracterizar Canudos, o escritor busca, mais que tudo, explicar o sertanejo, em especial o jagunço, que desafiou e venceu tantas vezes a República representada pelo Exército brasileiro, em desigual luta de Davi contra Goliás. Ao buscar, porém esta explicação, Euclides se defronta com contradições irreconciliáveis entre seus conceitos (e

preconceitos) deterministas e sua observação da realidade. Como entender cientificamente que a raça mestiça inferior, bárbara e em condições militares pífias consiga vencer a raça também mestiça mas civilizada e com modernos aparelhamentos bélicos? Na tentativa de solução deste enigma, desenvolve-se a obra, através de antíteses e paradoxos magistrais, exemplificados na apresentação das terras sertanejas como “paraíso” e *silva horrida*: “Barbaramente estéreis; maravilhosamente exuberantes...”; ou do sertanejo, filho desta terra, como “Hércules-Quasímodo”...

Se é possível, assim, apontar em *Os sertões* teses científicas ultrapassadas e, para os padrões éticos de hoje, até mesmo preconceituosas e politicamente incorretas, como as que se referem à inferioridade das raças mestiças e a caracterização do Conselheiro como um insano mental, avulta cada dia mais a qualidade literária desta obra. Até mesmo para compensar suas contradições internas, como nem sempre a realidade ajusta-se às suas premissas científicas, o autor adota algumas figuras de palavra que dão conta dessa incompatibilidade: o paradoxo, o oximóron, a antítese, entre outras.

Ao chamar o vaqueiro nordestino de Hércules-Quasímodo, por exemplo, o oximóron, construído na junção de dois personagens da cultura ocidental diametralmente opostos, tenta conciliar literariamente as contradições de caráter científico da obra. Hércules, o semi-deus da mitologia grega, filho de Zeus, forte e belo, corajoso e sedutor, imprime respeito e admiração; Quasímodo, o monstruoso personagem do romance *Notre Dame de Paris* (traduzido para o português como *O corcunda de Notre Dame*) de Victor Hugo, feio e disforme, é objeto de comiseração e alvo de pilhérias; os dois juntos não sintetizam um personagem mas criam esta ilusão. Assim, depois de descrever o sertanejo como “desgracioso, desengonçado, torto”, o autor aponta sua transfiguração diante de algum acontecimento que possa desencadear sua energia: “...da figura vulgar do tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado...”

Nesta segunda parte d’*Os sertões*, avulta a figura do Conselheiro que, nas palavras de Euclides, é “um bronco agnóstico”, o que os testemunhos que a história recolheu e a publicação dos manuscritos de suas prédicas contradizem: “...E surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até aos ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordado ao clássico bastão, em que se apóia o passo tardo dos peregrinos...” No entanto, a pintura

literária do “anacoreta sombrio” é, como poderia dizer Euclides, impressionadora. Assim, “O homem” deve ser lido não como uma bíblia, porta-voz da verdade incontestável, mas como uma das belas páginas da literatura brasileira.

Ao referir-se aos conselhos do beato, anota Euclides: “Uma oratória bárbara e arrepiadora, feita de excertos truncados das Horas marianas, desconexa, abstrusa, agravada, às vezes, pela ousadia extrema das citações latinas; transcorrendo em frases sacudidas; misto inextricável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares da moral cristã e de profecias esdrúxulas...”

Quem lê, porém, as prédicas de Antônio Conselheiro percebe, diferentemente, a coerência de suas idéias, a adequação de sua pregação aos preceitos da igreja católica da época, seus conhecimentos medianos de latim. Enfim se um homem é seu discurso, o Conselheiro é um pregador católico devocional (ressaltemos suas prédicas sobre Maria, Mãe de Deus; sobre os dez mandamentos da lei de Deus, sobre a missa, a cruz, a confissão), com os reprováveis preconceitos de sua época (contra maçons, republicanos e protestantes), cometendo algumas falhas gramaticais; nada que destoe do paradigma de sermão de um pároco de aldeia de sua época. Revela-se monarquista, como grande parte do clero de então, e, em seu único sermão político conhecido, “Sobre a República”, aponta seus motivos para não aceitar o regime que substituiu a monarquia no Brasil: ilegitimidade do poder que não vem de Deus, impostos, casamento civil, entre outros. Assim, o Conselheiro não é o pregador apocalíptico e fanático pintado por Euclides e pela imprensa de seu tempo, apoiados em julgamentos preconcebidos e em papéis encontrados nas casas e nos corpos dos conselheiristas. Aliás, sua retórica é muito menos enfática do que a assustadora pregação do frades das Missões que assombravam o sertão brasileiro...

Sabemos hoje, pois, que o homem satanizado, que foi apresentado ao país pela imprensa e pelo poder civil, militar e religioso, não corresponde ao homem revelado pelos que o conheceram de perto e por seu próprio discurso. Aliás, os manuscritos de suas prédicas, com data de 1897, e, como já mencionamos, publicados em 74, foram recolhidos, no próprio Santuário onde jaziam os restos de Antônio Conselheiro, por João Pondé - acadêmico de Medicina que atuou no *front* da guerra e esteve presente à exumação do corpo do beato e que, sendo de Itapicuru, quando criança teria beijado a mão do Conselheiro. Passando às mãos de Afrânio Peixoto, os manuscritos foram por este doados

a Euclides da Cunha, após a publicação *d'Os sertões*. Não se sabe se chegaram a ser lidos pelo autor.

Se Euclides traça um perfil satanizado do pregador, reconhece, porém, seu trabalho pela comunidade sertaneja, aliás atividades exercidas a exemplo de outro cearense, o Padre Ibiapina, chamado “o apóstolo do sertão”: “Coerente com a missão a que se devotara, ordenava, depois destas homilias, penitências que de ordinário redundavam em benefício das localidades. Reconstruíam-se templos abatidos; renovavam-se cemitérios em abandono; erigiam-se construções novas e elegantes.”

Na terceira parte do livro, “A luta”, que narra as preliminares da guerra, as quatro expedições militares que se encaminharam para Canudos (a do Tenente Pires Ferreira, a do Major Febrônio de Brito, a do Coronel Moreira César e a do General Artur Oscar), a destruição de Belo Monte, a exumação do cadáver do Conselheiro, Euclides acentua a figura do mais notável chefe militar da guerra de Canudos, Moreira César. Ao descrevê-lo, considera suas faces antagônicas: o grande herói endeusado pela imprensa e o temível vilão, o cruel Corta-cabeças, que os versos populares divulgavam de boca em boca pelo sertão. Em uma das passagens da longa caracterização do chefe da 3ª expedição, o autor salienta o caráter contraditório deste personagem histórico: “Naquela individualidade singular entrecrocavam-se, antinômicas, tendências monstruosas e qualidades superiores, umas e outras no máximo grau de intensidade. Era tenaz, paciente, dedicado, leal, impávido, cruel, vingativo, ambicioso. Uma alma proteiforme estrangida em organização frágilima.”

Se, como correspondente de guerra e adido militar à 4ª expedição, Euclides não chegou a denunciar as barbaridades cometidas contra prisioneiros e prisioneiras de guerra, em *Os sertões*, o livro vingador, descreve sem véus a indigna degola: “Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na.”

Para narrar os últimos momentos do arraial de Belo Monte, submetido a incêndio criminoso, pois ainda havia , além dos combatentes, mulheres e crianças nos destroços,

Euclides escreve palavras que se inscreveram perenemente na memória brasileira: “Canudos não se rendeu. Exemplo único na História, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dous homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.”

Outro face importante da obra *Os sertões* é a da sua contribuição à cultura por apresentar um caráter seminal com relação às artes e à literatura. São inúmeras as manifestações artísticas – na pintura, no desenho, no cinema, na fotografia, no teatro, na escultura, no vídeo, na fotografia etc –, assim como manifestações literárias – na poesia, na tragédia, no cordel, na ficção, especialmente, no romance - que nesta obra se inspiram.

Entre as manifestações nas artes plásticas, destacamos a coleção *Cicatrizes submersas*, do cearense Descartes Gadelha (abrange pintura a óleo, desenho, escultura em bronze, xilogravura, além de outras técnicas e foi generosamente doada pelo autor ao Museu da Universidade Federal do Ceará - MAUC) que, segundo o autor, foi concebida em diálogo com Euclides da Cunha. Citamos, ainda, a coleção do artista plástico baiano Trípoli Gaudenzi, *Canudos revisitada*, respeitadíssima no Brasil e no exterior e reproduzida no álbum *Memorial de Canudos*, assim como as obras de Audífax Rios.

Na literatura, a mais famosa obra sobre o episódio de Canudos, e que reverencia a obra de Euclides, é do escritor peruano Mario Vargas Llosa: o romance *A guerra do fim do mundo* (no original, *La guerra del fin del mundo*), publicado em 1981. Através deste romance, o escritor peruano lança um outro olhar sobre Canudos: substitui o olhar de testemunha de Euclides, por seu olhar enriquecido por quase um século de outros olhares. Tendo lido, em grande parte sob orientação de Calasans, praticamente tudo que se escrevera até o final da década de 70 sobre a guerra de Canudos, o escritor ressentia-se do vazio da fala dos vencidos. desejoso de conhecer essa versão, nunca escrita, Vargas Llosa, em sua viagem de *descoberta* do sertão baiano, escuta as “memórias-vivas” de Canudos – testemunhas do episódio – e seus descendentes, que herdaram a memória oral dos acontecimentos.

Seu romance não tem as intenções históricas, científicas e sociológicas, atribuídas ao livro de Euclides: é e quer ser uma ficção. No entanto, as contradições ideológicas do

episódio transparecem através do discurso dos personagens: como o próprio Conselheiro, o Coronel Moreira César, entre os históricos; e Galileu Gall, o Jornalista Míope e o Barão de Canabrava, entre os fictícios.

O Jornalista Míope, apesar de brasileiro, desconhece o que se passa no sertão *profundo*. Quando, por circunstância de fuga, na debandada da terceira expedição, chega ao arraial de Canudos, já perdera o contacto com o mundo: ao acabar-se a tinta e a última pena de ganso, deixara de escrever; ao quebrar os óculos, deixara de ver. Se, mais tarde, sobrevivente da guerra, o Jornalista Míope pensa escrever um livro, será como testemunha de uma realidade que não viu. Contará o que lhe contaram. De alguma forma, o Jornalista Míope lembra Euclides da Cunha, que manteve sua visão míope da realidade da Campanha de Canudos, enquanto a observou como correspondente de jornal e, que, somente depois, no trabalho solitário da escrita, pôde ter a sua visão de *epifania* da Campanha. Mas o Jornalista Míope é, sobretudo, disfarce do escritor *tout court*, que, na concepção vargasllosiana, enxerga melhor na solidão de seu papel em branco, cumprindo sua vocação solitária.

Recentemente, em maio deste ano, o romance *Veredicto em Canudos*, de Sándor Márai, publicado originalmente em húngaro, no ano de 1970, foi lançado em versão brasileira. Nele, em longo diálogo, defrontam-se personagens citadinos: de um lado, um citadino que não entende Canudos, do outro, um citadino simpatizante do arraial por ter vivido com seu povo. De todo modo, citadino, o que equivale dizer, alguém que não pertence a Belo Monte. Assim, no eixo deste romance, como no de Vargas Llosa, a visão de estrangeiro, embora estrangeiro “tocado” por Canudos, permanece de diversos modos. Não esqueçamos, porém, que o próprio narrador d’*Os sertões*, desde a “A Terra” apresenta-se como um viandante que, após longa travessia, depara-se com a paisagem impressionadora dos sertões. Esta atitude que revela quem vem ‘de fora’ é mantida em todo o livro, apesar da simpatia que o autor manifesta pelos conselheiristas e da denúncia dos “crimes das nacionalidades”.

Não é simples a equação dos fatores que explicam este crime, a extrema violência que se desencadeou nos confins da Bahia contra Antônio Conselheiro e os habitantes do arraial de Belo Monte, Canudos. No final do século XIX e início do século XX, época em que se situa a guerra de Canudos e a publicação do livro que a denuncia como crime da

nacionalidade, o tema dominante no mundo ocidental era o da civilização, representada pela ciência e pelo progresso tecnológico. Vivia a elite intelectual, econômica e política do Brasil, país recentemente em regime republicano, sob o signo da esperança no porvir desta civilização e a guerra nos sertões da Bahia foi, então, interpretada como uma irrupção de barbárie dentro da civilização; no final do século XX e início do século XXI, o tema dominante é o da derrocada deste modelo de civilização, entendendo-se, somente agora, que a violência não vem acontecendo apenas como uma irrupção espontânea da barbárie ancestral guardada no íntimo do ser humano, mas acontece, sobretudo, como fruto desta mesma civilização.

No entanto, nos dois momentos, viveu-se e vive-se um conflito semelhante, uma polarização imposta pelos donos do poder: a equivocada luta entre civilização versus barbárie, ontem representada, na história brasileira, pelo episódio de Canudos que seria o conflito entre o litoral civilizado e o sertão bárbaro e, hoje, em caso internacional, no conflito entre Ocidente/Bem e Oriente Médio/ Mal , se utilizarmos a retórica maniqueísta do atual presidente dos Estados Unidos.

Mas, no caso de Canudos, a retórica da salvação da república ameaçada pela horda do Conselheiro, escondia outros temores menos confessáveis e privilégios ameaçados. Porque, além de representar o atraso no século do progresso, Antônio Conselheiro perturbava o ordem.

E não somente a ordem. Sua presença anacrônica, às vésperas do século XX, na era da crença na ciência, quando a jovem república tentava alinhar o país com as nações civilizadas, Antônio Conselheiro perturbava o progresso.

O vulto que a guerra de Canudos tomou na consciência do país no final do século XIX corresponde, hoje em dia, mutatis mutandis, à dimensão que a chamada guerra contra o terror deflagrada pelos EUA após o atentado terrorista de 11 de setembro atinge em nossa época. Perceba-se, porém, a irreconciliável diferença entre os procedimentos dos dois grupos religiosos: enquanto os grupos relacionados a Bin Laden optaram pela ação terrorista, os conselheiristas apenas defenderam o seu território, a sua Jerusalém.

Assim, um complexo de fatores explica a desmedida e cruel repressão que os poderes públicos impuseram ao arraial de Canudos, determinando sua completa destruição,

tudo isso com respaldo de autoridades religiosas, políticas, econômicas e com apoio da chamada opinião pública.

Após o extermínio, algumas vozes se alçaram: a dos estudantes de Direito da Bahia, a de César Zama, as do Comitê Patriótico, todas reclamando, principalmente, contra os crimes de guerra. O silêncio de intelectuais brasileiros foi, poucas vezes, cortado. Afonso Arinos, monarquista, opôs-se a esses crimes em artigo de jornal. Rui Barbosa, após o massacre, preparou candente discurso em defesa dos canudenses, mas não o pronunciou. Euclides, o escritor d' *Os sertões*, diferentemente de Euclides jornalista que dava entusiastas vivas à república, inicia sua obra anunciando que vai denunciar um crime e a finaliza, com um capítulo de duas linhas, em que cita o especialista inglês em doenças mentais e medicina legal, Henry Maudsley, para salientar a marca criminosa que caracteriza a guerra de Canudos. Diz ele: “É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades...”